

[ludmilaftgarcia@hotmail.com](mailto:ludmilaftgarcia@hotmail.com)

## **A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A PSICOPEDAGOGIA**

Iara Vieira Guimarães

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. PPGED/FACED/UFU

[iaravgm@gmail.com](mailto:iaravgm@gmail.com)

Ludmila Ferreira Tristão Garcia

Doutoranda PPGED/FACED/UFU

[ludmilaftgarcia@hotmail.com](mailto:ludmilaftgarcia@hotmail.com)

### **RESUMO:**

O presente trabalho procura conceituar a Educação Especial e a Psicopedagogia, com base na vivência escolar na sala de recursos multifuncional do Atendimento Educacional Especializado (AEE) numa escola da rede municipal de Uberlândia. A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todas as etapas da educação e níveis de ensino, contemplando os alunos com alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. Sendo que para o público alvo da Educação Especial são destinados alguns serviços, dentre eles o AEE, recursos pedagógicos e tecnológicos para atender as especificidades de cada deficiência. Enquanto a Psicopedagogia lida com as dificuldades de aprendizagem. Muitos professores em sala de aula regular ao notar que determinados alunos não têm um desempenho escolar esperado acabam pedindo auxílio aos professores do AEE, com a prerrogativa que esses alunos são da Educação Especial, mas quando passam por diagnóstico do professor que atua na sala de recursos, acabam percebendo que eles conseguem aprender e se desenvolver e que estão diante de uma dificuldade de aprendizagem, ou que o aluno está desmotivado com os métodos de ensino adotados em sala. Pelos requisitos da rede municipal de Uberlândia, para ser atendido no AEE é necessário laudo médico que se enquadre como público alvo da Educação Especial. Nessa pesquisa algumas sugestões são elencadas para a superação das dificuldades de aprendizagem e a necessidade de revisão das práticas escolares para melhorar o ensino aprendizagem dos alunos. Espera-se contribuir para que os docentes se sintam preparados e atentos para lidar com as dificuldades de aprendizagem e as deficiências.

**Palavras-chave:** Psicopedagogia, Educação Especial, dificuldades de aprendizagem.

**Eixo:** Práticas pedagógicas e psicopedagógicas na perspectiva da diferença humana.

### **INTRODUÇÃO**

A psicopedagogia como uma área do conhecimento, se ocupa por estudar e entender questões e temas relativos ao processo de aprendizagem, bem como suas dificuldades. Para tanto, ela abarca a compreensão desses processos de aprendizagem num contexto global que incorpore entender a família desse aluno, sua comunidade escolar e social, bem como aspectos culturais e históricos.

A psicopedagogia precisa investigar, diagnosticar e estabelecer etapas de tratamento para que esse aluno com dificuldades de aprendizagem consiga ter êxito em sua carreira escolar. O psicopedagogo para tanto deverá estar em constante estudo

articulando seus conhecimentos com o apoio das áreas de pedagogia, psicologia, antropologia e até mesmo da psicanálise. Todos esses conhecimentos são relevantes e cruciais para compreensão da aprendizagem humana e suas dificuldades.

Os estudos da neurociência também são essenciais na busca de contribuir para o trabalho do psicopedagogo, pois o auxilia na compreensão dos processos de maturação e desenvolvimento neurológico, além de fornecer elementos que possibilitem atuar junto a cada faixa etária, pois sabe-se que o desenvolvimento humano é diferente em cada momento do ciclo vital humano, bem como levar em consideração também as limitações e potencialidades do ser, pois são únicas e diferentes em cada um.

Quanto aos estudos psicanalíticos é possível fornecer instrumentos para que se entenda o processamento e desenvolvimento mental, emocional e afetivo dos sujeitos, auxiliando os psicopedagogos a elaborar processos de mediação pedagógica que leve em consideração os conflitos emocionais e mentais vividos pelos estudantes.

Desta forma, o psicopedagogo precisa ter uma ampla formação, estudos permanentes para saber utilizar tantos conceitos, contribuições de diferentes áreas de estudos para compor seu trabalho com intuito de auxiliar nos processos de aprendizagem de seus alunos.

Nesse trabalho de pesquisa, com base no que vivenciamos na prática docente ao longo da atuação na sala de recursos multifuncional do Atendimento Educacional Especializado (AEE), ouvindo muitas vezes professores pedindo auxílio com alunos em sala que não demonstravam os bons resultados de aprendizagem, baixa atenção e concentração, alegavam que eram alunos ditos da Educação Especial. Essa pesquisa procura conceituar as áreas da Educação Especial e da Psicopedagogia, bem como definir o público alvo de cada uma.

## **DESENVOLVIMENTO**

Após essa breve reflexão quanto ao papel da Psicopedagogia ressaltamos que o professor da educação básica pode utilizar tais contribuições da Psicopedagogia para elaboração de sua práxis docente e mediação pedagógica junto a seus alunos, com intuito de auxiliar na aquisição de conhecimentos eliminando barreiras atitudinais, emocionais, estruturais, pedagógicas dentre outras. São conhecimentos que todo professor deveria ter para evitar equívocos e ações excludentes.

Um dos equívocos que é recorrente no ambiente escolar é ouvir dos professores da educação básica que tal aluno não aprende, porque ele possui alguma deficiência.

Com isso, chegam a encaminhar esses alunos aos profissionais da Educação Especial que trabalham nas salas de recursos multifuncionais da escola.<sup>1</sup>

Como profissional da Sala de Recursos é comum recebermos alunos que não se enquadram no público-alvo da Educação Especial, ou seja, não possuem nenhuma deficiência seja ela física, intelectual, auditiva, visual, não possuem transtornos globais do desenvolvimento e nem altas habilidades/superdotação, mas com base na não aprendizagem, insucesso e baixo desempenho escolar são levados aos profissionais da Sala de Recursos para realização de diagnóstico e um Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alcançarem bons resultados na escola.

Contudo, são áreas distintas, a Educação Especial conforme preconiza a LBD 9394/96 em seu Capítulo V, Artigo 58 é definida como sendo uma modalidade de educação oferecida de preferência na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Além disso, o Decreto nº 7611 de 17 de novembro de 2011 regulamenta a Educação Especial e o AEE, podendo este ser complementar ou suplementar a formação dos estudantes. Complementar quando à formação for para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento. Suplementar quando à formação for para os estudantes com altas habilidades ou superdotação.

Dentro da rede municipal de Uberlândia somente são atendidos na sala de recursos multifuncionais do AEE aqueles alunos que se enquadrem como público alvo da Educação Especial e estejam respaldados por laudo médico assegurando a deficiência ou transtorno global do desenvolvimento ou uma alta habilidade/superdotação.

Por isso, quando há queixa de professores da sala regular que alguns alunos possuem baixo rendimento escolar, baixa concentração e atenção, tentam colocá-los no serviço do AEE, contudo são barrados pelo sistema tendo em vista que tais alunos não possuem um laudo que determine ser realmente público-alvo da Educação Especial. Ter uma dificuldade de aprendizagem não lhe assegura receber o AEE, mas o laudo médico que se enquadre como público alvo da Educação Especial.

---

<sup>1</sup> Salas de Recursos Multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os alunos da Educação Especial, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem centradas em um novo fazer pedagógico que favoreçam a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (BRASIL, 2007).

Esse público-alvo da Educação Especial passa por dificuldades de se enquadrarem nos sistemas de ensino, também em decorrência das especificidades de cada deficiência ou das altas habilidades/superdotação. Em sala de aula podem apresentar muitas vezes ritmo mais lento de aprendizagem, dificuldades de atenção e concentração, dificuldades na retenção de conteúdos e até mesmo dificuldades de cuidados pessoais como higiene e alimentação, carecendo assim de profissional de apoio e cuidadores para realização das tarefas diárias e adaptação escolar.

Por outro lado, alunos que possuem apenas uma dificuldade de aprendizagem com auxílio de aulas dinâmicas, materiais concretos e de apoio, recursos tecnológicos, podem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem dos mesmos. Eles conseguem ter autonomia nos cuidados pessoais, higiene e alimentação e por isso, não precisam de cuidadores e profissionais de apoio em sala de aula.

Com base nesses elementos que dificultam a inserção plena em sala de aula, a LDB 9394/96 em seu Artigo 59 estabelece que os sistemas de ensino precisam assegurar aos educandos da Educação Especial elementos diferenciados que vão desde adaptação e reformulação curricular, uso de métodos e técnicas de ensino dinâmicos, variados, com suporte de tecnologias assistivas, além disso, ofertar o Atendimento Educacional Especializado no contraturno escolar como um dos serviços da Educação Especial para atender as especificidades dos alunos, professores com formação específica, formados e capacitados para atender tais particulares.

Desta forma, o que se percebe nas salas de aula comum são professores muitas vezes despreparados, que passaram por uma formação docente precária, com lacunas curriculares, que não receberam os devidos conhecimentos que os instrumentalizem a lidar com essa diversidade e as diferenças em sala de aula.

Os professores também passam pela crise docente conforme Arroyo (2011) discute por não se verem reconhecidos em seu trabalho, suas autorias e autonomia cerceada por imposições de ordem hierárquica superior, que limitam e restringem suas atuações em sala de aula. Além disso, a rigidez e fragmentação curricular também contribui para o professor ser um mero aulista, segundo Arroyo (2011) seria aquele professor conteudista, especialista em sua disciplina, que não consegue fugir das imposições das “grades” curriculares.

A crise docente também é marcada pela desvalorização da carreira, com seus baixos salários, obrigando o profissional a trabalhar mais de um turno. Tudo isso, compõe um cenário caótico ao profissional da educação, muitos deles acabam a reduzir

seu papel a mero transmissor de conteúdo, elaborando e planejando aulas que atendem a maioria, ou seja, acabam executando aulas expositivas, não saem do que propõe os livros e manuais didáticos, elaboram uma mesma avaliação para todos, não conseguem dinamizar e utilizar diferentes técnicas de ensino para atender seus alunos.

Em contrapartida, tem-se o outro lado da moeda, os alunos que cada vez mais chegam às escolas cheios de seus conhecimentos de mundo, imersos num ambiente cercado de tecnologias e avanços da informática, que ao adentrarem as salas de aula se deparam com o quadro e livro. As aulas expositivas não abarcam as suas necessidades, não lhe dão vez e voz para falar desse mundo midiático. Aulas que não tratam de suas realidades, assuntos que não lhes interessam. Torna-se desinteressante estar em sala de aula. Tudo que é ensinado parece não fazer muito sentido para eles, não tem significado.

O aluno apresenta assim certa indisciplina as ordens impostas de “faz silêncio, escute o que o professor fala, faça a tarefa, copie, memorize para a prova”, gera inquietação em sala, agitação, conversas paralelas de um mundo que eles querem, esperam e não veem acontecer em sala.

Com isso, o professor ao aplicar suas avaliações afere os maus resultados de seus alunos, aliado a não retenção dos conteúdos, desatenção, falta de concentração, “indisciplina”, dá o seu diagnóstico: “esse aluno não aprende, com certeza é do AEE”. Ou seja, o professor tenta encontrar uma explicação para a não aprendizagem se balizando nas expectativas de que seu aluno tenha uma deficiência.

Mas, quando o professor da Sala de Recursos vai investigar percebe que esse aluno tem total condições cognitivas, físicas e emocionais para aprender, mas não consegue, porque se depara em sala com um modelo de aula fora de suas expectativas.

As dificuldades de aprendizagem muitas vezes decorrem de dificuldades de “ensinagem”, ou seja, são os métodos ultrapassados que ainda persistem em sala de aula, tal como modelos expositivos que acabam por gerar frustração em ambos (professores e alunos) e daí desencadeiam tantas barreiras para que a relação professor/aluno se efetive e aconteça de forma mais fluida, recíproca e dialógica.

Freire (2004) elenca que o professor precisa ser um educador crítico, compreender a sua dimensão política na formação do aluno, extrapolar as barreiras impostas pela ordem vigem do neoliberalismo capitalista. Uma pedagogia crítico libertadora que considera e reconhece o conhecimento de mundo dos alunos, segundo ele, esse conhecimento precede o conhecimento da palavra, ou seja, valorizar o que o aluno traz consigo, seus conhecimentos prévios, é extremamente necessário para relação

dialógica entre professor e aluno, para formação integral dos sujeitos, pois conhecimento se constrói em uma via de mão dupla, professores e alunos se transformam nessa relação.

Para se cumprir o que a legislação prevê quanto ao público-alvo da Educação Especial, o professor da Sala de Recursos observa esse aluno que o professor da sala comum encaminhou para ser atendido no AEE e retorna com a negativa, ou seja, devolve ao professor regente da classe comum que seu aluno não pode estar na Sala de Recursos e receber o AEE, ele não tem nenhuma deficiência, nenhum transtorno global do desenvolvimento e nem altas habilidades/superdotação para computar a dupla matrícula (AEE e sala regular).

O que fazer? O aluno continuará desmotivado em sala, sem bons resultados, sem “aprender”? Esse é um dos momentos que o professor da classe comum precisa parar, refletir e buscar se reinventar, sair da zona de conforto, se conscientizar que seu papel vai além de mera transmissão de conteúdos. É necessário entender quem são esses alunos que estão chegando as salas e aulas, de onde vem, o que querem, como aprendem?

Os projetos de ensino são uma das ferramentas que podem auxiliar a dinamizar as aulas, ouvir o que eles querem aprender, propor uma pesquisa, formular hipóteses, questionando e colocando a luz da curiosidade todo conhecimento pré-estabelecido. Motivar os alunos a buscarem respostas, instigá-los na busca por protagonismo de ideias. Para isso, segundo Arroyo (2011) os currículos precisam ser revistos para dar lugar a temas de interesse dos alunos, ser mais flexíveis, pois hoje as escolas se veem presas aqueles conhecimentos tidos como legítimos, consagrados por uma sociedade capitalista, do interesse de uma classe dominante que oprime as minorias. Quem pensou o que as escolas precisam ensinar? Quem disse que são apenas esses conteúdos que podem ser ensinados em sala?

Sair desses moldes mercadológicos do currículo, sair dessa visão neoliberalista de currículo torna-se ação de caráter de emergência, é preciso construir um currículo ouvindo professores, alunos, a comunidade escolar para contemplar as reais necessidades dessa sociedade dos tempos pós-modernos.

As escolas precisam oportunizar momentos de reflexão, debate, diálogos entre os profissionais da educação e a comunidade escolar, compartilhar experiências, conhecimentos, envolver ensino colaborativo entre todos os envolvidos, para fugir de

uma educação bancária, acreditar que os alunos têm e podem agregar conhecimentos aos nossos currículos escolares.

Práticas mais dinâmicas em sala também são possíveis mediante a inserção de jogos, brincadeiras, música. Aprender brincando com certeza é uma das maneiras de construir o conhecimento de maneira mais fluida, leve (Bauman, 2008). Os jogos possuem sua dimensão lúdica, interativa que pode proporcionar ao professor uma aula mais colaborativa com os alunos. A diversão é um benefício dos jogos para os alunos, que relaxam, deixam suas preocupações e tensões de lado para se envolver naquele momento prazeroso da aula. Ao final dos jogos, percebem que aprenderam, se divertiram tudo ao mesmo tempo.

Resgatar o papel da brincadeira é essencial para resgatar a infância que muitas vezes perde lugar para a TV, jogos de vídeo game ou no celular. O mundo das tecnologias tem proporcionando certo isolamento dos sujeitos, muitas crianças crescem vendo seus pais nos celulares, sem ter aquele tempo para brincarem juntos, ler histórias, brincar de faz de conta. E as crianças também vão se aprimorando dessa cultura de ter vários “amigos” virtuais nas redes sociais, amigos que não lhes dão um abraço, não ligam mais no seu aniversário, amigos que não podem brincar pessoalmente, são apenas virtuais para curtir suas fotos. Brincar na sala de aula é uma oportunidade de resgatar essa infância, a imaginação.

A música, como componente curricular inclusive previsto na Lei nº 11.769/08 que altera a LDB 9.394/96 dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica, pode ensinar os alunos a interpretar o mundo, aprender palavras, seus sentidos e significados, ler, classificar palavras, provocar a curiosidade, proporcionar a interdisciplinaridade dos saberes. A música é um rico elemento para permitir diferentes expressões emocionais entre os alunos, ela proporciona compartilhar momentos de alegria, tristeza, saudade etc.

Usar as tecnologias em sala de aula, levar um filme que possibilite o debate de temas atuais (bullying, discriminação, preconceitos etc.), usar jogos digitais, o computador para produção textual, escrita de projetos de pesquisas, conhecer e pesquisar dúvidas levantadas durante uma aula, são possibilidades de construção do saber com práticas mais dinâmicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com isso, espera-se que os professores tenham essa consciência crítica de que podem superar dificuldades de aprendizagem dos alunos com o auxílio dos estudos da Psicopedagogia, variando suas estratégias, métodos e recursos de aula, dando voz e vez ao aluno, construir o conhecimento de forma colaborativa, propondo intervenções e mediações pedagógicas de acordo com a necessidade dos alunos.

É com certeza desafiante trabalhar de forma mais dinâmica, requer do professor essa disposição para sair do modelo tradicional de aulas expositivas, requer também dos sistemas de ensino disponibilizar ao professor os recursos e materiais didáticos e pedagógicos diversificados (jogos, mídias, tecnologias etc.).

A escola pode ofertar cursos para esclarecer aos profissionais da educação e conscientizá-los que quando suas aulas passarem pelo viés do aluno e não do conteúdo, tornarão mais dinâmicas, ricas em experiência e diálogo entre docentes e educandos, minimizando as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Cabe também revisão das políticas vigentes e isso compete aos governantes para valorizar a carreira docente, possibilitando que o professor trabalhe um turno e receba uma remuneração adequada para ter condições de vida melhores, proporcionando assim mais tempo para ele estudar, se reinventar, criar aulas e estratégias inovadoras de se dar aula. O bem estar do professor reflete na sua práxis educativa, o professor bem remunerado trabalha melhor, mais feliz, tem condições de se dedicar mais aos desafios da profissão docente.

A partir disso, a escola não pode esperar que os alunos que tenham baixam rendimento escolar apresentem laudos médicos que se enquadrem no público alvo da educação especial para então superar suas dificuldades de aprendizagem no AEE. Para isso, a Psicopedagogia pode trazer elementos e ferramentas para melhorar seus resultados e postura em sala de aula, auxiliando o professor a ter clareza de seu papel de como mediar e intervir para a qualidade do ensino e superação das dificuldades encontradas em sala de aula.

## **REFERÊNCIAS:**

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 5ª ed., 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República/Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

Brasil. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.**  
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.